

A ROTULAÇÃO NO DISCURSO: UMA ESTRATÉGIA SOCIOCOGNITIVO- INTERACIONAL NO FAZER TEXTUAL

Arlene de Araujo Saib

RESUMO

Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado de mesmo título. A pesquisa questiona a noção de referência como representação extensional dos referentes entendidos como categorias do mundo e, apoiando-se numa concepção sociocognitivo-interacional de linguagem, defende a referenciação como atividade discursiva voltada para a criação de objetos-de-discurso ancorados no contexto enunciativo e produzidos no fazer textual. A análise fundamenta-se num certo grau de indeterminação da linguagem e investiga o funcionamento argumentativo dos rótulos na interação.

Palavras-chave: Referenciação. objetos-de-discurso. rotulação. enunciação.

1. INTRODUÇÃO

As discussões acerca da referência perpassam os séculos e envolvem questões linguísticas e filosóficas, pois as indagações a respeito da tríade pensamento-realidade-percepção impõem uma resolução discursiva para o problema da referência. Em seu aspecto mais generalizante, a referência pode ser tomada como a experiência humana de referir pela língua; no entanto, numa abordagem que transcende a idéia de língua como instrumento de comunicação, pode-se dizer que a referenciação constitui uma questão de interação social, uma atividade discursiva realizada por sujeitos co-construtores do sentido na enunciação.

Adotando-se uma concepção sociocognitivo-interacional da linguagem, este artigo apresenta-se como uma síntese de uma dissertação de mestrado de mesmo título que leva em conta o deslizamento do conceito de referência para referenciação, tomada como “atividade discursiva” - Koch (1998; 2004) e Marcuschi (1998; 2001). O suporte teórico em que se assentam as reflexões aqui desenvolvidas, apoiado em Mondada & Dubois (2003), rejeita a discretização do mundo e concebe as categorias e objetos-de-discurso como construções produzidas a partir de práticas linguísticas sociocognitivamente situadas. À base teórica dessa explanação somam-se os conceitos de encapsulamento anafórico (Conte, 1996/2003) e de rotulação do discurso (Francis, 1994/2003).

Nessa perspectiva, os rótulos – expressões nominais provenientes do encapsulamento anafórico – serão analisados como unidades de articulação coesivo-argumentativa, posto que a escolha do nome núcleo das anáforas rotuladoras constitui uma seleção destinada a estabelecer o ponto de vista dos enunciadores, tratando-se, portanto, de estratégias discursivo-interativas. O *corpus* adotado é composto por matérias opinativas veiculadas na mídia impressa brasileira, no período de dezembro de 2005 a dezembro de 2007.

2. REFERÊNCIA, REFERENCIAÇÃO E REFERENTE

Pensar a relação língua-sujeito-mundo implica assumir que a “a atividade linguística é constitutiva num sentido semanticamente relevante toda vez que resulta em questionar ou modificar o sistema de referências através do qual olhamos para a realidade.” (Ilari, 2003:71). Essas considerações estão alinhadas com o preceito de instabilidade entre as palavras e as coisas, pois

[...] no lugar de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como de seus processos de estabilização (Mondada; Dubois, 2003: 19).

Esse ponto de vista permite uma abertura para que se investigue a rotulação como processo de criação do objeto discursivo, em que o item

lexical constitui “uma paráfrase resumidora” (Conte, 1996/2003: 178) de proposições ou sequências de proposições difusas no co-texto precedente ou subsequente. Dessa forma, considerando o espaço discursivo como o *locus* privilegiado da produção de sentidos, o encapsulamento anafórico (Conte, 1996/2003) constitui uma estratégia discursivo-interativa de produção de sentidos, posto que

[...] uma língua não providencia uma semântica para o léxico, não estamos dizendo que as palavras são vazias de sentido, mas que o sentido por nós efetivamente atribuído às palavras em uso é providenciado pela atividade cognitiva situada. Assim, a língua é um sistema de indeterminações sintático-semânticas que se resolvem nas atividades dos interlocutores em situações sócio-comunicativas. Portanto, a língua não tem uma semântica determinada e a cognição não é apenas um fenômeno natural (Marcuschi, 2003: 51).

A partir dessa constatação, o mundo dito pela linguagem na interação rompe com a noção de um mundo etiquetado e situa-se no entremeio das relações dialógicas do sujeito organizador/planejador da linguagem, cuja desenvoltura se respalda em crenças, valores, conhecimentos partilhados e enquadres sócio-culturais.

3. A ROTULAÇÃO: MOVIMENTOS DISCURSOS E FUNCIONALIDADE DOS RÓTULOS

No âmbito da Linguística Textual de orientação sociocognitivo-interacional, o grande desafio em relação à língua como sistema é “[...] superar a noção meramente representacionista e referencialista da língua, para privilegiar as relações intersubjetivas instauradas pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos” (Marcuschi, 2004:273).

Para tal empreendimento, o estudo da referenciação e dos processos de rotulação encaminham-se no sentido “[...] do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual” (Marcuschi, 2003: 45). Esse percurso interativo comprova que a rotulação constitui “um meio de classificar a experiência cultural de modos estereotípicos, [...], não

é um processo aleatório de nomeação, mas uma codificação de percepções partilhadas, ou partilháveis do mundo” (Francis, 1994/2003: 226).

Esse mecanismo articula-se em dois planos distintos: um, em relação ao movimento discursivo – rótulos prospectivos, retrospectivos e prospectivos-retrospectivos –; e, outro, em relação à funcionalidade – rótulos de conteúdo e metadiscursivos (ou metaenunciativos). O **rótulo prospectivo** – uma estratégia de antecipação do conteúdo a ser lido / dito – constitui um domínio argumentativo-coesivo destinado a introduzir o objeto discursivo no modelo textual. Além de estabelecer a coesão lexical, o nome núcleo do rótulo prospectivo tem relevância argumentativa, posto que “não é selecionado independentemente, mas é um elemento numa configuração de escolhas lexicais e semânticas” (Francis, 1994/2003: 194). Para maior clareza dessas considerações, leia-se o texto abaixo:

(1) No reino dos mensaleiros

Em meio a apagação aérea, idas e vindas do presidente Lula, militares rebelados, comandantes irritados e tudo o mais, o acontecimento passou quase despercebido. O PP montou um time de primeira para administrar o partido: os deputados Paulo Maluf, Pedro Henry, o cassado Pedro Corrêa, o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti. Para gerir o cofre, ninguém menos do que o ex-deputado José Janene, aquele que se disse profundamente enfermo a tal ponto que não teve como prestar explicações ao Conselho de Ética no processo de perda de mandato por envolvimento com o mensalão. O mesmo que acabou absolvido em plenário por colegas solidários. (...). (Ana Maria Tahan – *Jornal do Brasil* – 07/04/07)

Neste parágrafo, a cena enunciativa é sumarizada numa instrução prévia, pois o rótulo prospectivo – “o acontecimento” remete a “uma opção que, embora possa parecer ‘neutra’, não deixa de ser significativa” (Koch, 2007:10). A intensidade argumentativa desse rótulo gravita em torno da dissonância que há entre o nome “acontecimento” e o fato acontecido: a montagem de uma equipe composta por políticos de reputação duvidosa para administrar o PP.

Os rótulos retrospectivos, seguindo essa mesma linha teórica, são tratados como a categorização de um já-dito. Esse processo se dá a

partir de uma negociação dos sentidos que, sobre uma base comum de conhecimentos recuperáveis no co(n)texto, tem como característica “o fato de apresentar o *novo* com capa de *velho*” (Koch; Penna, 2006: 29) em que “categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas” (Mondada; Dubois, 2003: 33), conforme se pode observar em (2):

(2) Livre comércio?

O presidente Lula explicitou ontem, no seu programa de rádio, a estratégia que o Itamaraty já vinha desenvolvendo na retomada das negociações da Rodada de Doha: os países emergentes, reunidos no G-20, passariam a aceitar negociações em torno do setor de serviços para que, tanto Estados Unidos quanto União Européia, aceitem reduzir os subsídios agrícolas, permitindo que os países do Terceiro Mundo possam competir naqueles que são os maiores mercados do mundo.

O assunto, tema delicado nas negociações da falecida Alca, volta para o âmbito da Organização Mundial do Comércio - como, aliás, o Brasil sempre defendeu - mas agora tem como pano de fundo a parceria que pode ser firmada entre os Estados Unidos e o Brasil no setor dos biocombustíveis. (...)

Todas essas questões podem voltar agora à mesa, e talvez seja mais fácil hoje do que há dois ou três anos flexibilizar alguns procedimentos, já que agora há uma proposta concreta na mesa de negociações de parceria energética, na qual o Brasil tem posição privilegiada. (...)

Tudo vai depender do estado geral da economia mundial, depois que a turbulência das bolsas mundiais passar e ficar mais claro exatamente o que está acontecendo com os dois motores do mundo globalizado, os EUA e a China. (...). (Merval Pereira – O Globo – 06/03/07)

Os rótulos criados em (2) compreendem uma dimensão do discurso que se movimenta retrospectivamente como uma “instrução” que vai além de um suposto processo de recuperação, pois neles a ativação de objetos-de-discurso no modelo textual garante a progressão textual e a continuidade temática. Os núcleos desses são nomes genéricos – assunto, questões – que têm seu *status* discursivo assegurado no uso, posto que

[...] faz muita diferença examinar a palavra sozinha ou no fluxo discursivo, pois, no segundo caso, pode-se perceber que a contribuição

que a palavra dá ao sentido não é um tijolo para uma construção, e sim que ele tem uma contribuição ao mesmo tempo precisa e flexível e altamente dependente do co(n)texto” (Cunha-Lima, 2001: 157).

No entanto, no exercício pleno da linguagem como “inter-ação”, a função rotuladora não se limita a um percurso dicotômico, pois, ao contrário do que se possa pensar, a aglutinação desses dois movimentos – catafórico e anafórico – pode incorporar ao texto uma dimensão coesivo-argumentativa extra, já que o rótulo pode condensar o dito e o a ser dito. Essa perspectiva dual pode ser examinada no exemplo (3) que se segue:

(3) Na boca dos leões

Ao começar a ler este parágrafo, o leitor não imagina que, antes mesmo de chegar ao final, duas pessoas estarão tombando ou sendo vítimas de assaltos no território brasileiro. E mais, entre a leitura do jornal de hoje e o de amanhã, cerca de 110 pessoas morrerão e 55 serão feridas por arma de fogo. A estatística é gritante: segundo a OMS, o País é campeão mundial em número de homicídios, com a soma de 45 mil ao ano. Só na capital paulista morrem 5 mil. Em 20 anos, as mortes por causas violentas no Rio de Janeiro e em São Paulo aumentaram em 230%. A violência ceifou a vida de mais de 2 milhões de pessoas. E o que fazem os governos federal e estaduais? Dão tiros a esmo. (...). (Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo - 11/03/07)

O rótulo destacado tem ação retrospectiva e prospectiva em que o movimento anafórico remonta a uma projeção baseada na violência cotidiana no Brasil e o movimento catafórico respalda-se num relatório da OMS. O termo situa-se numa fronteira discursiva: encapsula “um dito” e projeta-se sobre um “a ser dito”. Essa mediação coesiva confere ao rótulo uma significação dual.

No quadro geral da rotulação como estratégia interativa de criação de referentes discursivos, postulado por Francis (1994/2003), há uma abertura para que se examinem também as ocorrências de rótulos metafóricos, na maioria das vezes rótulos de conteúdo que, segundo Koch (2004:256), possuem “[...] o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões”. Para sublinhar o estatuto discursivo

da metáfora, Ilari (2003: 70) destaca aspectos que convergem para a definição de rótulos metafóricos como estratégia sociocognitiva de criação de objetos-de-discurso, posto que

[...] por mais que Platão, assustado com o poder da metáfora, tenha expulsado os poetas da república das letras, dando a entender que a metáfora serve a objetivos incompatíveis com a conduta racional; por mais que Aristóteles tenha ensinado que se deve ver a metáfora como um meio extratécnico de argumentar e persuadir, o que levou a descrevê-la como mero ornamento de expressão, a metáfora é, acima de tudo, uma operação cognitiva (grifo nosso).

Seguindo de perto essa trilha e tendo como bússola o socio-interacionismo, releu-se o exemplo (não numerado) de Koch (2004:256-257):

Somos todos assassinos

A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc. Como peça de resistência nessa ladainha requentada de banalidades que ouvimos todas às vezes que um fato trágico como esse se repete, ressurge a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpetua e pena de morte. [...] De nada nos adiantam essas proclamações indignadas e essas propostas de aumento de pena, que acabariam, isso sim, por distorcer o nosso sistema penal. Não queremos uma legislação do pânico. Esperamos por ações que substituam essas tristes e repetitivas exortações vazias. A sociedade precisa se mobilizar em torno dos objetivos corretos. Vamos aproveitar essa maré de indignação e horror para exigir dos governos, em todas as esferas, medidas e providências concretas (grifos de Koch).
(Marcio Thomaz Bastos – Folha de São Paulo – 22/01/2002)

O primeiro rótulo grifado por Koch – “nessa ladainha” – remonta a um campo semântico de repetições vãs que, junto com o adjetivo “requentada”, produz o sentido de uma lengalenga enfadonha, pois o que se discute, longe de ser uma proposta concreta para redução da violência, são *banalidades*. No segundo rótulo – “essas tristes e

repetitivas exortações vazias” – a noção de repetição se presentifica como algo esvaziado de sentido e o empacotamento das informações-suporte recai sobre as discussões acerca de possíveis mudanças na legislação penal, mencionadas apenas quando surge uma barbárie e logo depois esquecidas. O terceiro rótulo da série – “essa maré de indignação e horror” – fecha o ciclo de repetições centrado num nome que por si só denota um vaivém contínuo – *maré*.

Quanto à funcionalidade, os rótulos metaenunciativos constituem uma operação especializada em condensar uma proposição ou um segmento textual sob a ótica de um ponto de vista criado sob o efeito da enunciação. Ou seja, no “aqui” e “agora” que o enunciador produz o seu enunciado, a expressão rotuladora dobra-se sobre o próprio enunciado rotulado. Francis (1994/2003) define essa categoria de rótulos a partir da seguinte sistematização:

a) Rótulos de atos ilocucionários

Os limites e alcances definidos pela Teoria dos Atos de Fala (1990) dão conta de estabelecer que “todo dizer é um fazer”. Nesse processo de rótulos de atos ilocucionários, como se trata de nomes com a mesma raiz léxica de verbos cognatos, tais “rótulos são, portanto, nominalizações de ações verbais” (Carvalho, 2005: 67). O caráter meta nos nomes ilocucionários faz o enunciado operar uma sequência no dizer/fazer, pois o nome dito ou a ser dito dobra-se sobre o conteúdo da ação verbal, conforme atesta o exemplo abaixo:

(4) Luz e escuridão

Para saber cada vez menos a pessoa tem de aprender cada vez mais. A frase é um contra-senso. Mas faz parte da lição de quem deseja conhecer o Brasil. Caso não concorde com a afirmação, resta a inversão do conhecido conceito de geometria analítica elementar: nos nossos trópicos tupiniquins, a menor distância entre dois pontos é uma curva, não uma reta. Vejamos. (...).
(Gaudêncio Torquato – O Estado de São Paulo – 11/06/07)

No texto acima, o rótulo (retrospectivo) “a afirmação” tem na força ilocucionária sua auto-suficiência argumentativa. Neste caso, o rótulo

é uma condensação sobre uma sobreposição de já-ditos: a porção do texto encapsulada e o dito popular (o provérbio), o que o torna altamente argumentativo.

b) Rótulos de atividades linguageiras

Segundo Francis (1994/2003: 206), rótulos de atividades linguageiras são “nomes que se referem a alguns tipos de atividade linguageira ou aos resultados disto. São similares aos nomes ilocucionários, mas não têm verbos ilocucionários cognatos (embora possam ter).” Enquadrados num tipo de categorização como resultante de determinado tipo de operação cognitivo-discursiva, esses rótulos fornecem uma diretriz argumentativa “não-fossilizada”, pois recategorizam o enunciado sob a égide de uma apreciação sociocognitiva e interativamente situada.

No exemplo a seguir (5), no plano discursivo-argumentativo, o rótulo, “essa discussão”, condensa as informações precedentes sobre a não-discussão da questão do *desenvolvimento urbano sustentado*, que abarca não só moradia, como também a educação de qualidade. A escolha desse nome-núcleo tem relevância organizacional e discursiva por “fechar” um ciclo de questões pouco (ou quase nada) discutidas.

(5) A cidade condenada

O relatório das Nações Unidas sobre o “Estado das Cidades do Mundo”, divulgado esta semana, acaba condenando São Paulo, sem mencioná-la especificamente, nos seus dois extremos, os Alphavilles e os Jardins Ângela. Serve também para outras grandes cidades brasileiras.

Sobre os condomínios fechados, diz: “No mundo todo, os ricos criaram uma arquitetura de medo, ao se retraírem para encaves residencial fortificados”, que “contrariam os princípios do desenvolvimento urbano sustentado”.

Sobre as favelas, o relatório lembra que seus habitantes morrem mais cedo até do que os pobres das áreas rurais, em geral considerados os pobres entre os pobres. Além disso, são os mais

afetados por desastres naturais e “têm menos acesso à educação”.
(...)

Mais ainda do que para os pobres rurais, para os urbanos a inclusão social passa por outras vertentes, em parte mencionadas no relatório das ONU. Passa por educação de qualidade ao menos razoável (...). Passa por habitação, passa por segurança pública, passa por atendimento à saúde (mais necessário ainda pelas precárias condições sanitárias das favelas) e passa por emprego e renda. (...). Pena que essa discussão está, até agora, longe da campanha eleitoral brasileira. (Clovis Rossi – Folha de São Paulo – 18/06/06)

O elenco de expressões que poderiam figurar como “de atividades linguageiras” – *esse debate, esse tema, essas considerações, essas colocações* – oferece diferentes possibilidades argumentativas, pois, dependendo do auditório-destinatário e da intenção persuasiva, a escolha do nome-núcleo pode ter um grau maior ou menor de engajamento.

c) Rótulos de atividades mentais

Partindo da premissa de que o “mundo da cognição é espelhado no mundo do discurso, e as visões e opiniões que defendemos são frequentemente vistas em termos do modo como são expressas” (Francis, 1994/2003: 209), pode-se dizer que nomes como *crença, idéia, atitude, dúvida, hipótese* etc. refletem, quando usados como núcleos de rótulos, muitas vezes, uma avaliação processada na esfera cognitiva; não tendo, *a priori*, um laço léxico-semântico com o enunciado encapsulado. Assim, o rótulo “A dúvida” reúne o caráter metaenunciativo de um nome de processo mental e, argumentativamente, recai sobre o panorama de incertezas do cenário político. Trata-se de um diálogo entre o contexto enunciativo e unidade léxica. Leia-se:

(6) Armas e armadilhas

BRASÍLIA - Lula faz malabarismos para tirar o escândalo do dossiê da pauta e botar no lugar o que seria uma espécie de furor privatizante dos tucanos. Ele, os petistas e seus aliados,

não param de ameaçar com o lobo mau tucano, que vai engolir e privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil, a CEF e todos esses feudos do PT. (...).

A dúvida é: se a “esquerda” tem uma política de ocupação das estatais, e se a “direita” quer privatizar tudo, para onde correr? Ponto para a estratégia petista, que aparentemente estancou o movimento de indecisos e desconfiados rumo a Alckmin nas últimas semanas do primeiro turno, no mínimo para forçar o segundo turno. (...). (Eliane Castanhêde – Folha de São Paulo – 17/10/06)

d) Rótulos de nomes de textos

No quadro teórico sistematizado por Francis (1994/2003: 210), a rotulação por meio de nomes de textos refere-se “à estrutura textual formal do discurso. Não há nenhuma interpretação envolvida: simplesmente rotulam extensões do discurso precedente, cujos limites precisos eles definem”. A relevância dos nomes nucleares, deste tipo de rótulos, está na metalinguagem dos termos relacionados à composição da estrutura textual, conforme se pode verificar no exemplo (7):

(7) Nós, os idiotas

“Curva a cabeça, sicambro! Adora o que queimaste e queima o que adoraste.” Segundo uma narrativa medieval, essas palavras de Remígius, bispo de Reims, assinalaram a conversão de Clóvis ao catolicismo, em 498, e a fundação mítica da França. O rei dos francos abjurou suas convicções pagãs em nome da unidade dos seus súditos e da vitória na guerra. Ele se converteu, não se vendeu. Na sua posse como ministro, amanhã, Roberto Mangabeira Unger queimará o que escreveu em 2005, quando, numa versão de qualidade inferior do *J'Accuse*, de Émile Zola, classificou o governo Lula como “o mais corrupto” da história do País e clamou pelo impeachment do presidente. (...). (Demétrio Magnoli – O Estado de São Paulo – 03/05/2007)

Em relação aos movimentos discursivos, observa-se que a construção do objeto discursivo se dá pelo processamento endofórico – anáfora e catáfora, respectivamente, retrospecção e prospecção. No entanto, o exame

do *corpus* apontou para a necessidade de ultrapassar o plano das relações anafóricas e integrar o funcionamento dos rótulos num referencial dêitico-enunciativo de linguagem. Para Lahud (1979), a compreensão da dêixis constitui uma “investigação arqueológica”, uma vez que “a existência de dêiticos na língua impõe à organização de experiência vivida” (Lahud, 1979: 42).

Corroborando essa assertiva e para melhor esclarecer o estatuto da dêixis, Cavalcante (2005:147), numa interpretação de Filmore (1971), faz a seguinte ressalva: “[...] os dêiticos só podem ser interpretados quando as sentenças em que ocorrem são compreendidas como ancoradas em algum contexto social definido de modo a identificar os participantes da enunciação e sua ‘localização’[...]”.

(8) Lula se enrosca na língua

SÃO PAULO - Os noticiários on-line atribuem a seguinte frase ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o programa “Roda Viva”, que foi ao ar ontem mesmo, a propósito do afastamento de Ricardo Berzoini da coordenação de sua campanha:

“Chamei o presidente do partido lá em casa e falei: eu quero saber quem fez essa burrice para não usar a palavra que estou pensando agora. Você, como presidente do partido, tem obrigação de dar uma resposta à sociedade. Ele não deu [a resposta], eu o afastei da coordenação da campanha”.(...) (Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – 17/10/06)

O domínio discursivo criado em torno de “essa burrice” é acessível no contexto histórico-social compartilhado, no qual o presidente-candidato a reeleição dirige-se a um auditório conhecedor dos fatos em evidência. O teor argumentativo desse rótulo reitera o preceito de que “a dêixis é o fenômeno subjetivo por excelência” (Cavalcante, 2005: 141), pois se encontra num *continuum* discursivo de idas e vindas ao contexto situacional.

Diferente seria o encapsulamento anafórico se “essa burrice” fosse uma retomada a proposições anteriores, como se vê no exemplo abaixo, em que o demonstrativo compõe a estrutura de um rótulo metafórico, ancorado cotextualmente, pois exige lexicalização intratextual para que o sentido seja acessado.

A quebra de decoro parlamentar, associada a um esquema de corrupção sistemática, enfraqueceu a base política do governo que, desesperado para garantir a vitória nas urnas, lançou mão de acordos escusos com políticos de reputação duvidosa. Essa burrice foi a causa da derrota.

Nesse exemplo, o demonstrativo compõe a estrutura de um rótulo metafórico, ancorado cotextualmente, pois exige lexicalização intratextual para que o sentido seja acessado e o demonstrativo, enquanto entidade formal marca um lugar de saliência no modelo textual. Assim, de acordo com Cavalcante (2000:15), há um “inevitável entrecruzamento da dêixis com as noções de referência, anáfora e correferência”, o que leva a pensar que a rotulação tem um funcionamento discursivo mais amplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se compreender a dinâmica dos processos referenciais à luz das concepções sociocognitiva e interacionista da linguagem, cuja relevância se efetiva pela negação do representacionismo especular das palavras e das coisas. O percurso analítico pautou-se pelo recorte subjetivo e argumentativo das expressões nominais rotuladoras do discurso. A ênfase recaiu sobre os aspectos da interação, do dialogismo e das trocas intersubjetivas dos sujeitos co-produtores do sentido durante o ato enunciativo. Do ponto de vista da materialidade linguística, observou-se que tanto as escolhas lexicais do nome núcleo do SN rótulo, destinadas à síntese de conteúdos proposicionais na rotulação, assim como a seleção do determinante (definido ou demonstrativo) constituem produtos de cálculos mentais complexos, sendo, portanto, distantes da etiquetagem arbitrária.

Distanciando-se da concepção estrita dos processos endofóricos, nos quais se incluem a anáfora e a catáfora como um engatilhamento de termos precedentes ou subsequentes, respectivamente, observou-se nesta pesquisa que as considerações a respeito das anáforas encapsuladoras com elemento dêitico, nas propostas de Cavalcante (2000), resultam numa articulação entre os conceitos de anáfora e de dêixis, sugerindo

uma categoria híbrida. A análise do *corpus* comprovou que a rotulação exerce forte apelo manipulador e argumentativo, e a natureza do gênero escolhido – artigos opinativos veiculados na mídia impressa – configura um celeiro de subjetividade validada pela associação do estilo, forma e conteúdo que, numa ação dialógica, convoca o leitor a compartilhar sentidos e intenções.

REFERÊNCIAS

Cavalcante, Mônica M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In. Koch, Ingedore G.V., MORATO, Edwiges M., Bentes, Anna C. (Orgs.). Referenciação e discurso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Expressões indiciais em contexto de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.

Conte, Maria-Elisabeth. Encapsulamento Anafórico. In. Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alena (Orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003 [1996]– (Coleção clássicos da linguística).

Cunha-Lima, Maria L. Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical. Caderno Estudos Linguísticos, 41, 149-164. Campinas, 2001.

Francis, Gill. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In. Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alena (Orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003 [1994] – (Coleção clássicos da linguística)

Ilari, Rodolfo. Linguagem – Atividade Constitutiva (Idéias e leituras de um aprendiz). Revista Letras, n.61, especial, 2003. Editora UFPR - <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/letras/article/viewFile/2881/2363> - Acesso em 14/06/07.

Koch, Ingedore G. V. Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido. Unicamp/CNPq, 2007 (no prelo).

Koch, Ingedore G. V. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: Negri, Ligia, Foltran, Maria J., Oliveira, Roberta P. (Orgs). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Editora Contexto, 2004

_____. & Marcuschi, Luiz A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A* 14, 1998, p.169-190.

_____. & Penna, Maria A. O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. São Paulo: Campinas, 48 (1): 24-31, 2006.

Lahud, Michael. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.

Marcuschi, Luiz A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: Negri, Ligia, Foltran, Maria J., Oliveira, Roberta P. (orgs). *Sentido e significação em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Do código para a cognição: o processo referencial como atividade criativa. In: *Veredas, Revista de estudos linguísticos, Juiz de Fora*, v.6, n.1, 2003 (43-62).

_____. Atos de referenciação na interação face a face. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. São Paulo: Campinas, 41:37-54, 2001.

Mondada, Lorenza., Dubois, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante, Mônica M., Rodrigues, Bernardete B., Ciulla Alena (orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003 - (Coleção clássicos da linguística).